

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.073/2025**

Processo Licitatório n.º: 31.673/2024  
Processo de Impugnação n.º: 44.504/2025

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA** para o fornecimento de serviços de administração, gerenciamento e emissão de cartões magnéticos de alimentação, bem como, disponibilização dos respectivos valores de carga ou crédito de forma automática (online), para atender as famílias assistidas pelos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pelo período de 01 (um) ano.

**IMPUGNANTE: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **Link Card Administradora de Benefícios Ltda, CNPJ 12.039.966/0001-11**, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.073/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria n.º 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

## **II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Em síntese, a impugnante sustenta que o edital contém vícios formais e materiais que comprometem a segurança jurídica da licitação e podem conduzir à contratação de proposta inexecutável, acarretando prejuízo ao erário e violando os princípios da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa.

Nesse contexto, o primeiro ponto discutido diz respeito à vedação imposta pela Administração à apresentação de taxa de administração negativa, ao estabelecer obrigatoriamente o percentual de 0%. A Impugnante argumenta que tal exigência eliminaria o único parâmetro de disputa entre as empresas, restringe injustificadamente a competitividade e beneficia de forma indevida as micro e pequenas empresas, que passariam a usufruir de uma vantagem automática decorrente do empate ficto, mesmo sem haver diferença real entre as propostas. Ressalta, ainda, que a jurisprudência consolidada do TCU admite taxas iguais a zero ou negativas, não devendo ser presumidas como inexecutáveis.

Além disso, o segundo ponto contestado diz respeito à obrigatoriedade de utilização de arranjo de pagamento aberto, o que, segundo a impugnante, direciona indevidamente a contratação e restringe o rol de participantes. A exigência dessa tecnologia específica limitaria a execução do objeto e resultaria em custos adicionais decorrentes da atuação de múltiplos intermediários, em prejuízo à eficiência e à rastreabilidade dos recursos públicos. A empresa argumenta que a exigência, somada à vedação de taxas negativas, cria desequilíbrio concorrencial e um benefício adicional às ME/EPP, afrontando os princípios licitatórios.

## **III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE**

Por conseguinte, pleiteia-se o acolhimento da impugnação; a suspensão do certame; a adoção das correções apontadas no edital.

#### **IV. DA ANÁLISE DA SECRETARIA REQUISITANTE**

Ante o exposto, a secretaria requisitante após minuciosa análise acolheu parcialmente a impugnação, passando a ser **admitida taxa de administração igual a 0% ou negativa**, com condições obrigatórias, tais como, preservação integral do crédito ao beneficiário; vedação de qualquer ônus direto ou indireto à Administração; análise de exequibilidade das propostas. Não havendo a declaração de ilegalidade do edital original, mas **ajuste por prudência administrativa e mitigação de risco jurídico**.

Quanto ao arranjo de pagamento aberto, a exigência foi mantida, pois não há reconhecimento de direcionamento; não há violação à neutralidade tecnológica; trata-se de requisito funcional legítimo.

Quanto ao favorecimento às ME/EPP, não é reconhecido como vício autônomo, sendo tratado como risco reflexo, sanado com a admissão de taxa negativa, não sendo identificada nenhuma afronta à LC nº 123/2006.

Quanto ao Planejamento da contratação, a **determinação expressa** da retificação do Estudo Técnico Preliminar (ETP); retificação do Termo de Referência (TR); Adequação da modelagem econômica aos novos parâmetros.

#### **V. DA ANÁLISE DA PROCURADORIA**

Diante da análise das alegações apresentadas, das manifestações técnicas e do parecer da Procuradoria Geral do Município, conclui-se pelo acolhimento parcial da impugnação, exclusivamente para admitir a apresentação de taxa de administração igual a zero ou negativa, desde que preservada a integralidade do crédito aos beneficiários e assegurada a análise de exequibilidade das propostas.

Permanecem inalteradas as demais disposições do edital, especialmente a exigência de arranjo de pagamento aberto, a qual se mostra tecnicamente justificada e juridicamente válida. As alegações de favorecimento às ME/EPP não se configuram como vício autônomo e restam superadas com o ajuste promovido.



Determina-se a retificação do edital e de seus anexos, com posterior republicação e reabertura dos prazos legais, assegurando-se a regular continuidade do certame.

## **VI. DA DECISÃO**

Diante de todo o exposto, considerando as razões apresentadas pela impugnante, as manifestações técnicas constantes dos autos, o Parecer da Procuradoria Geral do Município, bem como a decisão proferida pela autoridade administrativa competente, restou plenamente esclarecida a controvérsia, não se identificando vícios capazes de comprometer a legalidade, a isonomia ou a competitividade do certame.

Desta forma, a impugnação merece acolhimento parcial, exclusivamente para fins de ajuste da disciplina da taxa de administração, passando a ser admitida a apresentação de taxa igual a zero ou negativa, desde que preservada a integralidade do crédito destinado aos beneficiários, vedado qualquer ônus direto ou indireto à Administração, e assegurada a análise de exequibilidade das propostas.

Permanecendo integralmente as demais disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.073/2025, notadamente a exigência de operação em arranjo de pagamento aberto, a qual se mostra tecnicamente justificada, juridicamente válida e indispensável à efetiva execução da política pública de assistência social.

Referente as alegações de favorecimento indevido às micro e pequenas empresas não se configuram como vício autônomo, restando suficientemente superadas com a adequação ora promovida, sem qualquer afronta à Lei Complementar nº 123/2006.

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pela análise técnica da secretaria requisitante e análise jurídica, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa empresa **Link Card Administradora de Benefícios Ltda** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.073/2025, e, no mérito, **DOU PROVIMENTO PARCIAL**.

A nova data de abertura será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados

anteriormente.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 08 de janeiro de 2026.

**FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES**  
Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII  
Matricula: 468.036